

## Comunicado de Imprensa GAO NOV 2015

(16/11/2015)

Teve lugar em Cabo Verde no período de 9-16 de Novembro de 2015, uma missão de avaliação do Grupo de Apoio Orçamental (GAO), a segunda de duas missões anuais. Os membros do GAO, Banco Africano de Desenvolvimento, Banco Mundial, Grão-Ducado do Luxemburgo, Portugal, Reino de Espanha e União Europeia, em 2015 contribuem para o orçamento nacional, através de doações e créditos, no valor de aproximadamente 35 milhões de euros (3,8 milhões de contos), como apoio às prioridades das políticas públicas do governo, particularmente as formuladas no âmbito do DECRP III. O GAO coordena a sua ação não só com as autoridades nacionais, mas também com os outros parceiros de desenvolvimento.

O GAO gostaria de agradecer ao Ministério das Finanças e do Planeamento, bem como aos representantes dos vários ministérios, do Banco Central, do Tribunal de Contas e da Comissão Especializada de Finanças e Orçamento do Parlamento pelo seu tempo e hospitalidade. Este ano, o GAO teve a oportunidade de visitar o interior da ilha de Santiago e recolher uma primeira impressão dos efeitos da estação das chuvas, sobre as infraestruturas de armazenamento de água (foram visitadas duas barragens) em zonas rurais. Apesar da seca severa de 2014, cujo impacto ainda foi sentido no início de 2015, o GAO observou com agrado que a estação das chuvas teve um impacto muito positivo na produção agrícola, o que leva o grupo a prever um bom ano agrícola.

A economia cresceu 1,8% em 2014, o que se compara favoravelmente com o crescimento de 1% em 2013. Isto são boas notícias. No entanto, o nível de atividade económica deve ainda recuperar o diferencial em relação ao seu potencial. A deflação e o desemprego elevado são característicos de uma economia que funciona abaixo da sua capacidade. Será importante para Cabo Verde crescer mais rapidamente, recuperando assim do anterior período de estagnação, ao mesmo tempo que continua a apoiar a redução da pobreza. O crescimento em 2014 foi particularmente impulsionado pela recuperação do IDE, pelo crescimento das remessas dos emigrantes, as quais apoiam o consumo das famílias, o que é particularmente necessário para muitos cabo-verdianos nos períodos difíceis. O turismo, incluindo o turismo de cruzeiro, tem vindo a recuperar em 2015, após o fraco desempenho em 2014, especialmente no terceiro trimestre.

O crédito ao sector privado continua a ser um constrangimento ao crescimento económico, apesar de ter recuperado ligeiramente em 2015. Tradicionalmente, o IDE estimula o investimento privado nacional. No entanto, isso só é possível quando as empresas residentes têm acesso ao crédito. O GAO regista progressos no reforço da estabilidade do sector bancário, bem como a flexibilização da política monetária, a qual deve encorajar os bancos a aumentar novamente o crédito. Além disso, o GAO saúda as iniciativas que visam encorajar os bancos a aumentar o crédito às PME, e incentiva novos esforços nesta área para facilitar o acesso ao crédito.

Registou-se uma quebra nas receitas fiscais desde a crise económica e financeira internacional e até 2014, quando o Governo empreendeu reformas corajosas para inverter a tendência, o que lhe permitirá assegurar o serviço da dívida, continuando a fornecer serviços públicos fundamentais. Em 2015 observou-se uma recuperação das receitas. O programa de investimento público está em desaceleração, o que é essencial para reduzir o défice público e para assegurar a sustentabilidade da dívida pública, que se situou em 116% no final de 2014. A redução do peso da dívida pública será crucial para o país aceder aos mercados financeiros internacionais, à medida que a ajuda externa tradicional diminui. Além de fornecer apoio orçamental, os parceiros estão disponíveis para ajudar o Governo na identificação de novas fontes de financiamento que sejam apropriadas para um país de rendimento médio, como é o caso de Cabo Verde.

Reconhecemos ainda os recentes progressos na reforma da gestão das finanças públicas, tais como o uso do *e-government* na administração fiscal e aduaneira, bem como nas aquisições públicas, a preparação da regulamentação das leis do planeamento e das aquisições públicas, os passos dados na introdução de orçamentação por programas e a continuação da recolha de dados para o sistema patrimonial do Estado.

Destacamos também o lançamento da nova Avaliação das Despesas Públicas e das Finanças (PEFA), mantendo-se a expectativa no que respeita à aprovação da lei orçamental e da lei do Tribunal de Contas durante a actual legislatura.

A melhoria da gestão e reforma do Sector das Empresas Publicas será fundamental para reforçar os sectores-chave da economia, como a energia ou os transportes, assim como para reduzir o seu peso financeiro no orçamento e na dívida pública. Foram já constatados alguns progressos, nomeadamente a adopção de estratégias para assegurar a sustentabilidade e eficiência do sector da energia. O permanente acompanhamento da implementação das reformas no sector deve continuar a ser uma prioridade, com o objectivo de melhorar os serviços prestados.

Sendo um País de Rendimento Médio, Cabo Verde deve, efectivamente, reduzir a sua dependência da ajuda externa e atrair o investimento privado, condição essencial para o crescimento económico e o desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo, dada a contínua vulnerabilidade, desigualdade e disparidade no desenvolvimento económico da sua população, a ajuda ao desenvolvimento continuará a ter um papel importante para o país nos próximos anos.

Nesta medida, a melhoria contínua do clima de investimento constitui-se como uma questão fundamental no contexto do fortalecimento do setor privado e reforço da capacidade de atracção de investimento externo. As prioridades incluem a necessidade de melhorar a eficácia do quadro legal/sistema judicial e de estabelecer mecanismos ágeis para resolver diferendos, mas também para uma melhor coordenação entre as alfândegas, portos, autoridades fiscais e todos os serviços da administração intervenientes nos processos de investimento. Espera-se que a Loja Única do Comércio, que se encontra em fase de implementação, possa contribuir para a melhoria da situação. O GAO saúda também, a criação de, entre outros, o Conselho Nacional de Comércio e os esforços em curso para a criação da Agência Nacional de Turismo.

No domínio da Estatística, os membros do GAO apreciam os esforços feitos pelo Governo e pelo INE para melhorar a produção estatística. A recente publicação das contas nacionais trimestrais, incluindo os anos de 2013 e 2014, constitui um progresso importante. O Grupo congratula-se com a realização dos vários inquéritos lançados em 2015, nomeadamente o Inquérito às Despesas e Receitas das Famílias, o Censo da Agricultura e os Inquéritos Demográfico e de Saúde, que representam um importante passo para o reforço e actualização da informação sobre indicadores-chave necessários para melhor monitorizar a implementação do DECRP III e os progressos havidos no âmbito dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Os membros do GAO estão a financiar operações estatísticas fundamentais e a fornecer assistência técnica coordenada na área da estatística. Para que o INE possa cumprir o seu mandato, a sua sustentabilidade financeira será crucial.

Esta foi a última missão da Espanha como membro do Grupo de Apoio Orçamental (GAO) devido a uma mudança de estratégia em matéria de cooperação que inclui, entre outras alterações, um menor foco na ajuda não reembolsável. Os resultados do Apoio Orçamental que a Espanha tem prestado são no geral positivos e o país reafirma a sua disponibilidade para continuar a apoiar, a nível técnico, os processos de reforma em curso, a fim de assegurar que Cabo Verde seja um país mais cada vez mais competitivo, com uma economia aberta e maior capacidade de gerar recursos.

A próxima missão do GAO deverá ter lugar no primeiro semestre de 2016 e os parceiros do GAO esperam poder continuar a aprofundar o diálogo já existente com o Governo de Cabo Verde.